



diálogos
sociais

COLETÂNEA
DE REFLEXÕES
COLETIVAS

2013





2 0 1 3



Índice

Prefácio	7
O CIEDS	9
O Sesc Rio	10

Encontro 1

Plataformas digitais para mobilização em prol de causas sociais

Dialogador: Amelia Gonzalez	11
Dialogador: Cid Alledi Filho	15

Encontro 2

Desafio de promover políticas de esporte para todos

Dialogador: Luciana Phebo	21
---------------------------------	----

Encontro 3

CRACK, esse problema é de quem?

Dialogador: Adriana Damiano de Oliveira Silva	26
Dialogador: Diana Ribeiro	30

Encontro 4

Rio + 21: Um ano depois, e aí?	34
Dialogador: Leonardo Boff	34

Encontro 5

O Local e o Global	37
Dialogador: Andreza Martins	37
Dialogador: Marcelo de Andrade	40

Encontro 6

Participação Popular: perspectivas e desafios da formação cidadã	44
Dialogador: Miguel Lago	44
Dialogador: João Roberto Lopes Pinto	47
Contato dos Dialogadores	51

Os conteúdos expressos neste documento são de inteira responsabilidade dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do CIEDS e do Sesc Rio.

Prefácio

Estamos continuamente nos relacionando. Em nenhum outro tempo ficou tão claro este fundamento de grande parte, se não de toda, dos atos da vida humana.

Acredito que a necessidade de se relacionar esteja ainda mais em evidência porque estamos atravessando tempos de grandes mudanças e a construção de um novo olhar, de novos conceitos, de pensamentos, de um novo mundo, passa pelo fervilhar de muitas mentes.

Em meio desses ares, dos novos tempos anunciados, é preciso conectar essas mentes para que a coerência possa modular o novo mundo que também está sendo criado de forma coletiva e colaborativa.

Por esta razão, percebe-se tanta sede pela conectividade, pelo compartilhamento, por novas experiências e por todas as formas de inclusão: social, econômica, digital etc.

A necessidade coletiva de estabelecer relações e/ou conexões é tão forte que por muitas vezes não prestigia um estado fundamental para a cocriação: a Presença.

Neste contexto surgem nossos “Diálogos Sociais”, sendo, acima de qualquer rótulo que possa um dia receber, um espaço aberto de relacionamento para compartilhar ideias, visões e experiências em um ambiente democrático, entre pessoas que, de alguma forma, trabalham para a construção de um mundo novo.

O espaço permite a interação humana e a comunicação se concretiza em seu mais elevado estado, pois interpretamos e reconhecemos mais informações além daquelas que lemos ou ouvimos quando estamos presentes.

Não vejo forma mais eficiente, se não através da presença física, para dialogar verdadeiramente acerca de questões sociais. A comunicação também se suporta na escuta empática, quando além de nossas mentes, nossos corações estão conectados, o que se justifica, pois, em última análise, estamos sempre falando sobre a Vida.

Os textos que seguem nesta segunda edição dos Diálogos Sociais reforçam essa busca humana pela inclusão, pelo compartilhamento de experiências e aprendizados, pela valorização dos espaços e referências geo-territoriais, pela conexão, pela criação cooperativa e pela interdependência de todos os seres.

Meus sinceros agradecimentos a todos os participantes dos Diálogos, que foram protagonistas e cocriadores dos encontros realizados.

Que possamos por muito tempo honrar nossos espaços com Diálogos Sociais, abrindo-os a quem quiser falar ou escutar sobre o que podemos, ou o que estamos fazendo, ou ainda o que queremos fazer para colaborarmos com a construção do novo mundo.

Fabiane Turisco

Advogada, especialista em Contratos pela PUC/RJ 2002, MBA Gestão Empresarial 2006, mestre em Sistemas de Gestão com ênfase em Responsabilidade Social, vice chair do Comitê de Responsabilidade Social da AMCHAM (Câmara de Comércio Americana).

O CIEDS, Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável, é uma Instituição Social Sem Fins Lucrativos, filantrópica, detendo titularidade de Utilidade Pública Federal. Organização signatária do Pacto Global da ONU, com status de Consultor Especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – ECOSOC.

Com sede na Cidade do Rio de Janeiro, o CIEDS desenvolve projetos em todo o território nacional, tendo filial em São Paulo e escritório de representação no Ceará.

O CIEDS articula parcerias estratégicas para a construção de redes para a prosperidade, o que entendemos como boa educação, boa alimentação, saúde, governança e confiança no futuro.

Somos criadores e articuladores de tecnologias que promovem políticas públicas mais efetivas e um investimento social estratégico. Em 15 anos de experiência e mais de 354 projetos realizados em diferentes áreas como saúde, cultura, empreendedorismo, educação, juventude e desenvolvimento, a instituição foca em gestão de excelência para gerar resultados pertinentes e transformadores para todos os públicos.

A consolidação de nossa experiência é decorrência dos programas e projetos já executados e da trajetória profissional de nosso corpo técnico, além do aprofundamento de estudos e reflexões sobre os temas no campo do desenvolvimento sustentável.

Temos a convicção de que cada pessoa possui em si mesma o potencial para se desenvolver - e assim construir uma sociedade mais próspera e sustentável. Nosso papel é articular forças, aportar metodologias e gerar conhecimento, para fazer acontecer a transformação que empodera os indivíduos.

O Sesc tem satisfação em apresentar a publicação Diálogos Sociais, que reúne o conjunto de reflexões e debates ocorridos ao longo de 2013 em parceria com o CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável.

O projeto Diálogos Sociais procurou promover espaços para reflexão em torno dos desafios e dilemas contemporâneos do exercício da cidadania. Novos arranjos sociais, novas formas de organização e participação foram construídos visando ao bem-estar coletivo e a uma atuação pública voltada para atender, com agilidade e transparência, demandas e necessidades das múltiplas redes que se formam em uma sociedade cada vez mais plural.

Não por acaso, o Sesc Rio desenvolve, há 11 anos, o projeto Redes Comunitárias que, de forma simples e objetiva, abre espaço para encontros voltados à prática de parcerias entre comunidades populares e instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Uma iniciativa que consegue ampliar o potencial de parcerias a mais de 1.500 instituições todos os anos, atingindo 400 comunidades e cerca de 14.500 beneficiados.

As diversas redes que formam o complexo tecido social tornam o desafio da cidadania e do exercício pleno da democracia um objetivo em constante aperfeiçoamento. Com a presente publicação, o Sesc espera dar sua contribuição ao debate e amadurecimento de uma sociedade em permanente construção.

Encontro 1
26.3.2013

Plataformas digitais para mobilização em prol de causas sociais

Dialogador: Amelia Gonzalez

Amelia Gonzalez é Jornalista, foi editora do Razão Social, suplemento de sustentabilidade editado pelo jornal O Globo.

O início da década de 90, aqui no Brasil, foi marcado por uma revolução política. Depois de 30 anos sem escolher seu presidente, por conta de um regime ditatorial, os brasileiros puderam ir às urnas e elegeram Fernando Collor de Mello, que tomou posse em 1990 e, dois anos depois, foi deposto por uma série de denúncias de fraudes e corrupção em seu governo. Foi um período complicado, mas também um momento de novidades. Collor de Mello reduziu as tarifas alfandegárias, o que permitiu a importação de muitos produtos aos quais os brasileiros não tinham acesso, entre eles, todas as linhas de computadores e acessórios.

Não bastou muito, menos de uma década, para que se pudesse sentir no dia a dia os efeitos disso. Nessa época, eu trabalhava em redação de jornal e me lembro bem quando circulou entre nós a notícia de que um computador, na redação, estava conectado à internet. Vez por outra alguém ia lá conferir alguma coisa, fazer uma pesquisa, mas era só para iniciados. Logo depois, já por volta de 2003, veio a onda do Orkut. Os repórteres, a essa altura todos conectados com a internet em suas máquinas, começaram a usar e abusar do Orkut, a ponto de criar problemas de fluxo na hora da entrega das matérias. Uma norma teve que ser criada para domesticar o uso da Rede, mas, com o tempo, a chefia descobriu que era melhor liberar porque aquele podia ser um meio eficiente para se encontrar fontes para as reportagens. E o Orkut, hoje quase em desuso, foi liberado.

Desce o pano, faz-se um intervalo de alguns anos.



É dia 26 de março de 2013 e estamos ali no teatro do Hotel Sesc Copacabana, numa terça-feira à noite, dispostos em círculo, como uma espécie de ágora grega, para debater sobre “Plataformas Digitais para Mobilização em prol de causas sociais”. Na plateia, mobilizadores sociais, que estão usando as redes para criar outras possibilidades de negócios, de gestão empresarial, de ajuda ao próximo, até de segurança alimentar. Divido a atenção desse interessante público com Cid Alledi, professor da UFRJ especializado em temas ligados à sustentabilidade. E, à medida que a discussão avança, mais percebo o quanto caminhamos, de 20 anos para cá, no uso dessa ferramenta. O avanço foi tanto que já nos damos o direito de questioná-lo, não para freá-lo, mas para tentar entendê-lo melhor. Era o que estávamos fazendo ali.

Cid Alledi refere-se ao “mundo CNN”, citação do sociólogo britânico John Elkington, “onde a presença maciça das novas tecnologias da informação faz com que as organizações não consigam mais contar com as suas habilidades de manter seus segredos por muito tempo”. Segredos? Hoje, nesse mundo cercado por redes sociais? Não é possível mesmo. “Os internautas são ativistas”, lembra Alledi, “as pessoas querem

falar". A questão é, lembrou bem o professor, que nem sempre nessa esfera global se dá o direito de "o outro" falar.



É o momento de refletir, e compartilho minhas inquietações. Queremos continuar com a eterna organização maniqueísta do mundo? Um lado, outro lado? Vamos usar a rede social para fazer denúncias, mobilizar pessoas contra empresas e governos? Em que momento se consegue partir para a ação?

Citou-se o caso da Tunísia, país da África enterrado numa ditadura durante anos. Os tunisianos se revoltaram e Mohamed Bouazizi se imolou em praça pública. Teria passado em brancas nuvens se os celulares e as redes sociais não tivessem divulgado para o mundo aquela atitude extrema? Fato é que, depois de cair nas redes, o ditador foi deposto.

Na África, conta uma das participantes do nosso encontro, os meninos das escolas se comunicavam via Facebook uns com os outros para descobrir o motivo de ausência deste ou daquele que morava num rincão mais distante. Mais um gol das redes sociais.

Mas também há perigos nas redes. Quando a questão é a interferência na vida do outro, como aquela menina que decidiu tirar fotos sem parar da senhora que assistia ao filme comendo sua pipoca. Isso pode? Quando não se ouve o outro, quando a denúncia existe só pela denúncia, que estrago enorme que faz.

O debate é gostoso, parece não ter fim. Lá fora chovia, o tempo passou mais rápido do que se imaginava, e tínhamos que parar por ali. Para acelerar minhas inquietações - prefiro assim do que serená-las -, guardei uma observação interessante que veio da plateia. Não se pode ficar só com as redes sociais. Temos livros, jornais, revistas, contato. Sim, contato com pessoas aqui perto de nós. Pensando bem, o que será que

acontece com o vizinho do lado, enquanto se está envolvido com questões na Tunísia ou na Síria, com o olhar grudado no computador?

É por aí. Que venham muitos outros debates olho no olho, em ágoras como aquela. Pode ser o início para se construir uma enorme e potente rede. ●

Dialogador: Cid Alledi Filho

Cid Alledi Filho é Administrador de Empresas, Mestre em Sistemas de Gestão e Professor de disciplinas ligadas à ética.

No seu livro, *Canibais de Garfo e Faca*, de 1999, o sociologista inglês John Elkington usa a expressão “Mundo CNN” para nomear o nosso atual mundo, extremamente conectado, onde a presença maciça das novas tecnologias da informação faz com que as organizações não consigam mais contar com as suas habilidades de manter seus segredos por muito tempo.

Ele alerta que esse novo mundo é fruto de uma revolução baseada na transparência e que isso não vai se constituir numa garantia de vida tranquila: muito pelo contrário, dadas as suas proporções globais, essa revolução estaria “fora de controle”. Basta lembrar a importância do Facebook nos recentes acontecimentos do Egito para entender isso.

Especificamente em relação às organizações, Elkington ressalta que o novo ambiente que torna o aquário corporativo transparente para o mundo inteiro é o mesmo que poderá também distorcer a sua visão - e, quanto mais extremo for o ângulo de visão, maior será a sua distorção. Organizações que passaram pela crítica severa do público e tiveram medo de perder parte de suas licenças para operar, identificaram que a abertura honesta e transparente pode auxiliar imensamente na construção ou reconstrução do apoio público.

Neste artigo, analisaremos o papel e a importância das tecnologias digitais neste novo “Mundo CNN”, onde o poder, a escala e as oportunidades de transformação social nunca foram tão intensos e abrangentes. E que cada um pode contribuir para a formação de um mundo mais justo, viável e vivível.

Em 2004, a Unilever reposicionou, em nível internacional, o conceito dos seus sabonetes Dove aproveitando “uma brecha para a reavaliação dos inatingíveis padrões estéticos que escravizavam, sobretudo, as mulheres”. O novo slogan, “real beleza”, tinha o objetivo de combater estereótipos, valorizar as diferentes formas de beleza e “difundir mensagens a favor da verdadeira beleza, aquela peculiar a cada mulher e desatrelada dos padrões vigentes”.



A divulgação contou com uma bem sucedida campanha de marketing em que um dos vídeos, Dove Onslaught, acabou servindo de inspiração para a realização de uma das maiores campanhas ambientais já vistas no planeta.

Postado pelo Greenpeace no Youtube em 21 de abril de 2008, o vídeo Dove Onslaught(er) denunciava a cumplicidade da Unilever com a perda de áreas naturais na Indonésia pela compra de óleo de dendê - um ingrediente fundamental para a produção dos sabonetes Dove - proveniente de áreas onde, originalmente, havia florestas ou turfa no país.

Ao assistir ao vídeo, o internauta era convidado a enviar um e-mail para a Unilever, demonstrando a sua indignação com a empresa, e o resultado foi que, em duas semanas, dezenas de milhares de pessoas de várias partes do mundo atenderam ao pedido da ONG. Juntamente com ações de ativistas do Greenpeace nos edifícios da empresa no Reino Unido, Holanda e Itália, os e-mails de protestos e a pressão pública fizeram com que a Unilever tomasse medidas imediatas na tentativa de reverter a situação.

Em 2010 foi lançado o Plano de Sustentabilidade da Unilever, em que a empresa se comprometia a “adquirir todo o óleo de palma de fontes sustentáveis certificadas até 2015”. Nesse mesmo ano foi a vez do Greenpeace estruturar semelhante campanha contra a Nestlé e os seus chocolates Kit Kat.



Se os desafios parecem grandes e questionadores, há de se ressaltar que o “Mundo CNN” é aquele que vulnerabiliza, porém é o mesmo que fortalece.

A Nestlé, ao tentar retirar do Youtube o vídeo - que mostrava um homem comendo um dedo de orangotango ao invés das barrinhas do chocolate Kit Kat -, fez com que o seu ato fosse entendido como censura. A indignação dos internautas fez com que o protesto se ampliasse para o Twitter e o Facebook, onde muitos usuários criaram um constante fluxo de pressão ao deixar seguidos comentários na página de fãs da empresa, inclusive alterando suas fotos de perfis para orangotangos, florestas tropicais ou o próprio logo da campanha, Kit Kat “Killer” (assassino).

Na página corporativa sobre a sua história, a Nestlé registra o mês de março de 2010 e esse episódio com o Greenpeace como a primeira vez em que a ela viu a mídia social ser usada de forma significativa para desafiar e fazer perguntas à empresa: “A nossa resposta à campanha não foi muito bem recebida nas mídias sociais, mas sobre a questão em si nós tomamos medidas tanto para fortalecer a nossa posição quanto para explicá-la de forma mais clara”.

Recente matéria do jornal Zero Hora constata que é cada vez maior o número de clientes insatisfeitos que usam as redes sociais para protestar contra a má qualidade de produtos e serviços no Brasil. Empresas que não dão devida atenção aos casos registrados nos órgãos de defesa do consumidor apressam-se a resolver as questões quando veem os seus nomes manchados e reproduzidos nas mídias sociais.

As novas tecnologias possibilitam mudanças “em todos os setores da vida humana, dentro das empresas, na cultura, na produção do conhecimento, na gestão pública. Por que não faria na política?”, reflete Marina Silva, ela mesma fruto de um movimento político que se consolidou nas redes sociais e que a fez obter o terceiro lugar na disputa presidencial de 2010 com quase 20 milhões de votos.

A cada dia, as plataformas digitais se tornam mais importantes para a mobilização em prol de causas sociais e isso é causado por um novo modelo de ativismo que está surgindo no mundo. Para Marina, “hoje, você não tem mais aquele ativismo clássico, dirigido pelo partido, pelo sindicato, pela UNE, pelo DCE. Hoje é aquilo que eu chamo de ativismo autoral. As pessoas são autoras da sua ação política. Eles são protagonistas, mobilizadores e, ao mesmo tempo, são aqueles sonhadores que acreditam que podem ajudar a transformar o mundo”.

Esse novo ativismo conta com plataformas feitas sob medida para ele e o Avaaz é um exemplo. O site coordena mobilizações globais desde 2006, ano da sua fundação, e atualmente no Brasil destacam-se duas ações: o impeachment do presidente do senado, Renan Calheiros, que se aproxima dos dois milhões de assinaturas, e a destituição do pastor Marco Feliciano da presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

Redes sociais como Facebook, Twitter, LinkedIn, Google+ e, mais recentemente, o Instagram trazem uma grande novidade para mobilização social e ambiental: elas se tornaram ferramentas de baixíssimo custo para difusão de ideias. Eu mesmo as utilizei para promoção do “Drops de Sustentabilidade”, um blog aberto gratuitamente no Blogspot - e, muito importante, sem taxa de manutenção mensal - voltado para a promoção de iniciativas para um mundo mais justo, viável e vivível.

Obviamente que tantas mudanças e facilidades podem originar situações desafiadoras. Em março de 2013, a jornalista carioca Roni Filgueiras descreveu, na sua página do Facebook, uma cena que ilustra as particularidades de se viver num “Mundo CNN”: numa sessão noturna do cinema Unibanco Arteplex, no Rio de Janeiro, ela notou que uma jovem, com aparentemente 17 anos, disfarçava-se para tirar fotos de uma anciã que alternava a leitura de um livro de bolso com as pipocas que vinham de dentro de uma sacola plástica de supermercado.

Após vários ângulos e cliques camuflados, uma mulher percebe a situação, pergunta à anciã - que possuía visíveis sinais de senilidade - se ela estava ciente de que estava sendo fotografada e se havia dado permissão à jovem para fotografar. Com a negativa, voltou-se para a jovem fotógrafa e disse: “Moça, o que você está fazendo precisa de autorização, senão é uso indevido de imagem, antiético e desrespeitoso”. A jovem, assustada, pergunta se a mulher gostaria que apagasse as fotos.

Nas palavras da própria Roni, “a cena suscita um sem-número de questões, a começar pela óbvia: limites da exposição do privado na grande rede; ética das relações na sociedade do espetáculo; conflitos de gerações; tecnologia x superexposição midiática; manifestações de ódio e de violência na rede; intolerância às diferenças; aversão ao e à invisibilidade do velho na sociedade da inclusão”.

Se os desafios parecem grandes e questionadores, há de se ressaltar que o “Mundo CNN” é aquele que vulnerabiliza, porém é o mesmo que fortalece.

Em 2011, uma pesquisa, conduzida pela consultoria inglesa Sustainability, sobre percepção de quem é quem na sustentabilidade, apontou a Unilever como a empresa líder no tema. Uma mudança ocorrida um ano após o amplo lançamento do seu Plano de Sustentabilidade - com fácil download e disponível em várias línguas - e três anos após sofrer em praça pública cibernética global como vilã internacional do meio ambiente.

E, como prova de que com um limão se faz uma ótima limonada, a Unilever ainda foi eleita líder do setor alimentício do Dow Jones Sustainability Index no período 2012-2013.

O “Mundo CNN” e as novas plataformas digitais ampliaram o número de ativistas e também o poder e a abrangência de ação às pessoas que têm o propósito de promover um mundo melhor.

Se elas refletem a revolução de um mundo que se torna cada vez mais transparente, vale a pena lembrar a definição para a palavra “transparência”, proposta por Warren Bennis, consultor organizacional e professor da University of Southern California: “Transparência é uma palavra abrangente e fascinante que inclui franqueza, integridade, honestidade, ética, clareza, exposição completa, conformidade legal e uma série de outras coisas que nos permitem tratar uns aos outros corretamente”.

E, se o novo ativismo que as plataformas digitais promovem é fácil, rápido, barato e global, ele traz em si mais responsabilidades. De acordo com Bennis, “atualmente, qualquer pessoa com um telefone celular e acesso a um computador tem o poder de provocar a derrocada de uma empresa bilionária, e até de um governo”.

Se não terminam com os problemas, essas pessoas são capazes de promover significativas mudanças de curso em todas as áreas, em todos os lugares. Unilever, Nestlé, Renan Calheiros, Marco Feliciano e o destituído governo egípcio que o digam. ●

Encontro 2
4.4.2013

Desafio de promover políticas de esporte para todos

Dialogador: Luciana Phebo

Pediatra, com mestrado em Saúde Pública, trabalhou na Organização Panamericana da Saúde no Programa de Saúde Internacional.

O esporte é um direito fundamental garantido pela Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. O seu artigo 31 estabelece que “Os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística.” Já a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente incluem a prática esportiva entre os direitos que devem ser assegurados, de forma prioritária, em especial, à população infanto-juvenil. A adoção da ideia do esporte como direito implica no conceito de universalidade, ou seja, na noção de que todas e cada uma das crianças e adolescentes brasileiros devem ter acesso regular e garantido a atividades esportivas.

Nesse contexto, entendem-se como esporte as atividades físicas; as brincadeiras que demandam esforço ou movimentação física; o esporte organizado e competitivo e os jogos com propósitos lúdicos e recreativos. Segundo a Lei Pelé, são três as formas básicas de práticas esportivas: o esporte de rendimento, o esporte de participação e o esporte educacional.

Algumas organizações que atuam na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, como o UNICEF, advogam pelo esporte inclusivo. Ou seja, práticas esportivas que promovem a inclusão e reduzem as disparidades. A participação pode ser especialmente valiosa para o desenvolvimento de crianças e adolescentes mais



vulneráveis em razão das desigualdades relacionadas à sua condição física ou mental, social, de gênero, de raça e etnia, ou do local onde vivem. O esporte ajuda a estimular a autonomia por meio do aprendizado de novas capacidades e autoconfiança. As práticas coletivas resgatam um sentimento de pertencimento e valorização do papel de cada um. Os esportes inclusivos não só despertam esses valores naqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade, mas em todos que o praticam.

Sempre que esporte é enunciado, suscitam imediatamente diversas ideias associadas à competição e formas de mostrar quem é o melhor. Dessa maneira, o esporte tem sido apropriado pela política e pela indústria de propaganda através de um viés que se distancia do esporte de participação e do esporte educacional. Convém lembrar que o esporte nasceu da ideia de jogos. A palavra jogo é a que permite uma maior diversidade de aproximações. Vem associada a brincadeiras, ao prazer, à diversão e, certamente, à educação, no sentido de preparação para aspectos que envolvem posturas na vida.

Apesar de ser garantida por tratados internacionais e legislação brasileira, a prática do esporte muitas vezes é considerada opcional ou usada como preenchimento de tempo.

A violação desse direito muitas vezes ocorre devido à falta de informação que esporte é um direito e pela não compreensão da importância do esporte no desenvolvimento integral do indivíduo. É recomendável que os diferentes profissionais que cuidam das crianças e adolescentes saibam e divulguem que a prática do esporte, quando bem aplicada, propicia o desenvolvimento físico, mental, emocional e social.



Os mega eventos esportivos, como Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, podem deixar como legado positivo, para as crianças, adolescentes e jovens, oportunidades e acesso à prática do esporte inclusivo e seguro.

Os mega eventos esportivos, como Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, podem deixar, como legado positivo, para as crianças, adolescentes e jovens, oportunidades e acesso à prática do esporte inclusivo e seguro. Os eventos podem servir como plataforma para a formação de parcerias entre governo e sociedade civil – famílias, comunidades, setor privado, mídia, universidades e centros de pesquisa, atletas e outras personalidades e as próprias crianças e adolescentes. Em especial aos jovens é importante dar oportunidade para que eles participem das decisões que impactem as suas vidas e contribuam com novas perspectivas. Essa atitude é uma prática inclusiva e de valorização dos diferentes conhecimentos e participação. Quando se convida um jovem para participar, ele se sente reconhecido e essa valorização faz com que ele busque o melhor de si e, portanto, o ajuda no conhecimento e exercício de suas qualidades.

Por outro lado, para que os eventos esportivos aconteçam, há, com muita frequência, mudanças nas estruturas da cidade e na dinâmica de seus habitantes. Ocorre um influxo enorme de recursos financeiros, maior atenção dos políticos e um aumento considerável do turismo interno e internacional, levando a convergências de diferentes culturas.

Frente a todas essas mudanças ou situações inusitadas, é importante criar oportunidades e, simultaneamente, diminuir riscos para infância e adolescência.

As ações acontecem antes, durante e após os eventos. Podem-se listar alguns exemplos de riscos como: desapropriação de comunidades e espaços que atendem às crianças, exploração sexual, trabalho infantil e fechamento das escolas durante os eventos. Como exemplos de oportunidades, podemos citar: construção e/ou reformas de espaços para a prática de esportes ou de outros relacionados ao evento que poderão ser utilizados posteriormente pelos habitantes da cidade, aprimoramento da mobilidade urbana, criação de novos empregos, eventos organizados que aproveitem a convergência de diferentes nacionalidades/culturas para a promoção de intercâmbio de conhecimentos.

Muitos dos profissionais que estão envolvidos no lidar com jovens são formadores de opinião; assim, é imprescindível que estes:

- *Possam aprofundar o conhecimento científico sobre os alcances do esporte participativo e educacional;*
- *Percebam o esporte como direito e como fator de desenvolvimento integral de jovens e, assim, possam influenciar as políticas públicas;*
- *Possam monitorar o impacto do esporte e dos eventos relacionados na vida das crianças;*
- *Capacitem os gestores das políticas públicas, mídia e responsáveis pelo cuidado de crianças e adolescentes com relação à prática do esporte participativo e educacional, visando à expansão do conceito do esporte e seu potencial para o desenvolvimento integral das crianças;*
- *Ofereçam oportunidade para que os jovens participem das tomadas de decisão sobre os preparativos e do uso das heranças dos mega eventos esportivos.*

O UNICEF lançou uma iniciativa, em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro e que conta com o apoio do Sesc, chamada Vamos Jogar. Seu objetivo é promover o direito ao esporte para o desenvolvimento de crianças e adolescentes na região da América Latina e Caribe. A proposta é, até 2016, contribuir com a efetivação do direito

ao esporte a todos os meninos e meninas da região. Atletas dos diferentes países serão convidados a se juntar ao movimento. A partir de suas próprias histórias de vida, eles poderão nos inspirar sobre a importância de aprender e praticar esporte desde a infância. Envolvendo também os adolescentes, as crianças e suas famílias, o Vamos Jogar tem como objetivo motivar os gestores a refletir sobre a situação do direito ao esporte em seus municípios e fortalecer políticas públicas específicas.

A garantia do direito ao esporte seguro e inclusivo para todas as meninas e meninos da América Latina e Caribe até 2016 não é uma conquista fácil, mas temos certeza que esse é o grande momento para que o Brasil e a região da América Latina e Caribe avancem na conquista desse direito. ●

Encontro 3
14.5.2013

CRACK, esse problema é de quem?

Dialogador: Adriana Damiano de Oliveira Silva

Adriana Damiano é Pediatra com mestrado em Saúde Pública; trabalhou na Organização Panamericana da Saúde.

Em 2001, na III Conferência de Saúde Mental, a OMS (Organização Mundial da Saúde) assumiu, de modo integral e articulado, o desafio de prevenir, tratar e reabilitar os usuários de álcool e outras drogas como um problema de saúde pública.

O relatório produzido nessa conferência promoveu grandes mudanças na formulação, execução e avaliação da política de atenção a usuários de álcool e outras drogas, promovendo a ruptura de uma lógica binarizante que separava e apreendia o problema em termos rigidamente desenhados e cujo eixo principal de entendimento e, portanto de tratamento, baseava-se na associação drogas/comportamento antissocial ou criminoso. Em ambos os casos, há um único objetivo a ser alcançado: a abstinência.

Frente a esse objetivo são traçadas estratégias de abordagem baseadas em duas linhas: redução de oferta e redução de demanda. Para a primeira, conta-se com a justiça e, para a segunda, com a internação para afastamento do usuário do agente indutor.

A lógica que separa o campo da saúde do discurso hegemônico sobre as drogas compartilha outra forma de entender e tratar o problema, pois não se limita ao combate criminalizante à droga, transformando o seu usuário em grupos marginais ou desviantes.



Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) trabalham na lógica da redução de danos. Operar sob a ótica da redução de danos coloca o debate em outro lugar, como, por exemplo, da saúde e da defesa da vida, garantindo acesso a dispositivos que reduzem os danos no uso das drogas e garantem respeito aos direitos de cidadania. Os CAPS AD se comprometem com o enfrentamento dos preconceitos, a oferta de projetos terapêuticos singulares e com a ação sobre os territórios. A ideia é reduzir os danos no uso das drogas.

A questão do crack é atravessada por preconceitos e valores instituídos. Na verdade, o que se vê é guerra ao crack, guerra à maconha, guerra à cocaína! Quando, na verdade, é um erro. O mais importante não é a substância, mas as relações que os homens estabelecem com ela. A experiência é uma verdade a ser ouvida. Não há outra forma de pensar a drogadição como um destino das experiências “a experiência da abertura, da desinibição, da promessa de uma vida sem tristeza e sem angústias”. No caso da dependência, essa experiência se torna um modo existente que fecha a amplitude da existência ou da experiência.

O desafio está colocado: como construir uma política para a questão do crack hoje no Brasil? Isso vai exigir um movimento de troca de práticas e saberes. Não é um setor ou algum bom técnico que formulará; serão grupos. É o compromisso do Estado em cuidar e produzir saúde, é a sociedade civil, é a educação. O tema da droga não pode estar só na mão da segurança pública, pois é também um problema de saúde pública.

Realizo um Grupo de Acolhimento – O que entendemos por Acolhimento? Acolher é dar acolhida, aceitar, dar ouvidos, dar crédito à, agasalhar, atender, admitir. O acolhimento como ato ou como efeito de acolher expressa, em suas várias definições, uma ação de aproximação, um “estar com” e “perto de”, ou seja, uma atitude de inclusão.



A experiência é uma verdade a ser ouvida.

O grupo tem o compromisso de acolher cada paciente em suas diferenças, dores, alegrias, modos de viver, sentir e estar na vida.

O paciente vem carregando uma ambivalência, o desejo de parar e o de não parar. É importante que se leve em conta essa diversidade. O grupo lida com a singularidade, com as diferentes possibilidades e as escolhas que são feitas. Acolher sem julgamento cada situação, cada usuário, o que é possível, o que é necessário, o que está sendo demandado, o que pode ser ofertado, o que deve ser feito, sempre estimulando a sua participação e o seu engajamento.

A filosofia dos CAPS AD é interessante porque vê cada usuário na sua singularidade, traça com ele estratégias que estão voltadas não para a abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a defesa da vida. Tratar significa tornar o usuário corresponsável pelo seu tratamento e o implica na construção dessa história. Portanto, não é apenas uma mudança comportamental; é promover autonomia desses usuários.

Não é demais dizer que, na verdade, precisamos estar sempre construindo uma rede – de profissionais, familiares, organizações governamentais e não-governamentais em interação constante, cada um com seu núcleo específico de ação, mas se apoiando mutuamente, alimentando-se enquanto rede – que cria acessos variados, acolhe, encaminha, previne, trata, reconstrói a existência e cria efetivas alternativas de combate ao que, no uso das drogas, destrói a vida.

Assim que entendemos a perspectiva ampliada da saúde pública: envolver comunidade, fornecer educação em saúde para a população, envolver famílias/usuários, criar vínculos com outros setores, proporcionar tratamento na atenção primária, garantir o acesso a medicamentos e apoiar a pesquisa nessa área. ●

Dialogador: Diana Ribeiro

*Diana Ribeiro é Psicóloga Clínica, Mestranda UERJ
Psicologia Social; Assessora SUBPSE- SMDS.*

A pedra

O distraído nela tropeçou

O bruto a usou como projétil.

O empreendedor, usando-a construiu,

O campônio, cansado da lida, dela fez assento.

Para meninos, foi brinquedo.

Drummond a poetizou,

Davi matou Golias...

Por fim;

O artista concebeu a mais bela escultura.

E em outros casos, a diferença não era a pedra.

Mas o homem.

(Antônio Pereira Dias Neto)

Em respeito à temática, recomendamos cautela quando estamos diante das aclamações por resolutividade deste assunto, sem ao menos nos questionarmos o que viria ser “resolução”? Assim como é recomendável uma pausa reflexiva quando o assunto gira em torno das atuais ofertas de proteção e cuidado à população em situação de rua, principalmente para aqueles que fazem uso de crack. A criação de rótulos e estigmas compõe o imaginário daqueles que acreditam na saída desse público das ruas como premissa para o resgate e/ou construção de vínculos familiares e comunitários. Concordar com tal afirmativa nos faz deparar com alguns impasses: sair das ruas para onde? Seria a demanda de saída do espaço público a mais urgente para quem se encontra em estado de vulnerabilidade e risco social?



Sabemos que o crack é uma droga de rápido poder de dependência e que, associado ao uso de múltiplas drogas, traz, como consequências, o comprometimento físico e a fragilidade e/ou rompimento dos laços familiares e sociais que, com o passar do tempo, se tornam mais difíceis de serem resgatados. Segundo dados do CRATOD (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas), a população que compõe as ruas de São Paulo tem o crack como droga de eleição como a quarta opção ou mais de uso, estando atrás do álcool, cigarro, maconha, cocaína, entre outros. No decorrer dos últimos anos, foi se configurando em grande parte dessa população a condição de extrema vulnerabilidade social, sendo esse o foco de reflexão e ações das Políticas Públicas, e não a substância consumida.

Porém, não será a partir de um recorte temporal e com foco na substância eleita por esse público que conseguiremos compreender a dinâmica daqueles que fazem das ruas seu espaço de moradia e no convívio geoterritorial a ampliação de ofertas de serviços.

É sabido também que precisamos pensar em ações que venham garantir a integralidade desses sujeitos levando em consideração a complexidade de

suas demandas. No tocante à saúde, percebemos uma reorganização em seu modelo de atenção, com a intensificação em Atenção Básica, através das Estratégias de Saúde da Família, consolidando dessa forma, os princípios preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Nós, profissionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, trazemos para discussão o real acesso dessa população ao modelo prevenção e cuidado, já que estamos considerando um público herdeiro de exclusões e ausências e que tem sido sucessivamente julgado pela sociedade de maneira fóbica e intolerante. A impossibilidade de acesso ao público, assim como a mais informações quanto ao modo de viver nas ruas, faz dos profissionais voltados ao atendimento da população de rua limitados para o planejamento de ações que contemplem a construção de vínculo e o acolhimento. Cabe destacar que as circunstâncias que compõem o cenário (miserabilidade, uso abusivo de múltiplas drogas, tráfico, violência etc.), tornam a temática muito particular ao pensarmos nas estratégias a serem ofertadas como forma de tratamento. Precisamos admitir as peculiaridades que contemplam este universo e buscarmos construir, junto aos profissionais destinados aos cuidados desse público, meios humanizados para qualificar essa escuta.



É necessário enfrentar a questão do crack na rede em que ele se instala, conhecendo seus personagens e compreendendo o processo em ação.

Considerando que “a ética da Proteção Social Especial pressupõe o respeito à cidadania, o reconhecimento do grupo familiar como referência afetiva e moral e a reestruturação das redes de reciprocidade social” (PNAS 2004), através do trabalho processual, a SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) tem repensado seus processos de trabalho e buscado, junto à SMS (Secretaria Municipal de Saúde), implementar resoluções conjuntas que, postas em prática, garantirão a integralidade ao acesso no que tange às demandas de cunho protetivo e de cuidado.

Diante das circunstâncias atuais, a SMDS tem, como proposta condicional para ampliar a qualidade de seus serviços, a realização da contagem daqueles que se encontram em situação de rua em todo o município, com objetivo de quantificar e qualificar o perfil, ainda pouco conhecido. Consideramos que o processo de contextualização dessas histórias é o primeiro passo para seguirmos com propostas de ampliação de ofertas de serviços criadas a partir das demandas mapeadas. Tendo sido revisto todo processo de abordagem social, sendo priorizada, junto às equipes, uma abordagem com base na construção de vínculo e no atendimento continuado da população.

Reconhecemos e reforçamos a importância do acompanhamento familiar na perspectiva de resgate e fortalecimento de vínculos, daqueles que se encontram em situação de violação de direitos ou em extrema vulnerabilidade social. Para isso, contamos com as equipes multidisciplinares (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e advogados) dos CREAS (Centro de Referência Especializada em Assistência Social). Segundo previsto, além do atendimento ao público que busca o serviço espontaneamente, conforme descrição do PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo), são ofertados ao público em situação de rua, através do trabalho das equipes de abordagem social, serviços e encaminhamentos que contribuam para a construção/resgate da cidadania. Buscamos, através da referência territorial, ampliar junto aos abordados a cartela de ofertas e serviços que estejam de acordo com suas demandas prioritárias e especificidades, considerando as formas que buscam de estar no mundo.

Sendo assim, reconhecendo e considerando a complexidade da temática, reforçamos a importância do trabalho multiprofissional e, principalmente, intersetorial, e com a sábia reflexão de Moraes (2010) que nos diz “É no estranhamento do encontro com o outro que um pensamento pode advir”. (p.26). Assim, é necessário enfrentar a questão do crack na rede em que ele se instala, conhecendo seus personagens e compreendendo o processo em ação, para daí desdobrar um possível conhecimento que não se engessará numa verdade generalizável, mas propiciará uma abordagem do tema de forma viva e ativa, dando mobilidade à construção do intervir. ●

Encontro 4
11.6.2013

Rio + 21: Um ano depois, e aí?

Dialogador: Leonardo Boff

Leonardo Boff é Doutor Honoris Causa em Política. Foi Professor de Teologia Sistemática e Ecumênica e Professor de Teologia

Não corresponde à realidade dizer que a Rio+20 foi um sucesso. Pois não se chegou a nenhuma medida vinculante nem se criaram fundos para a erradicação da pobreza nem mecanismos para o controle do aquecimento global. Não se tomaram decisões para a efetivação do propósito da Conferência, que era criar as condições para o “futuro que queremos”. É da lógica dos governos não admitirem fracassos, mas nem por isso deixam de sê-lo. Dada a degradação geral de todos os serviços ecossistêmicos, não progredir significa regredir.

No fundo, afirma-se: se a crise se encontra no crescimento, então a solução se dá com mais crescimento ainda. Isso concretamente significa: mais uso dos bens e serviços da natureza, o que acelera sua exaustão, e mais pressão sobre os ecossistemas, já nos seus limites. Dados dos próprios organismos da ONU dão conta que, desde a Rio 92, houve uma perda de 12% da biodiversidade, 3 milhões de metros quadrados de florestas foram desmatados, 40% mais gases de efeito estufa foram emitidos e cerca da metade das reservas de pesca mundiais foram exauridas.

O que espanta é que o documento final e o borrador não mostram nenhum sentido de autocrítica. Não se perguntam por que chegamos à atual situação, nem percebem, claramente, o caráter sistêmico da crise. Aqui reside a fraqueza teórica e a insuficiência conceptual deste e, em geral, de outros documentos oficiais da ONU. Elenquemos alguns pontos críticos.



Os que decidem continuam dentro do velho software cultural e social que coloca o ser humano numa posição adâmica: sobre a natureza como o seu dominador e explorador, razão fundamental da atual crise ecológica. Não entendem o ser humano como parte da natureza e responsável pelo destino comum. Não incorporaram a visão da nova cosmologia que vê a Terra como viva e o ser humano como a porção consciente e inteligente da própria Terra com a missão de cuidar dela e garantir-lhe sustentabilidade. Ela é vista tão somente como um reservatório de recursos, sem inteligência e propósito.

Acolheram a “grande transformação” (Polanyi) ao anular a ética, marginalizar a política e instaurar, como único eixo estruturador de toda a sociedade, a economia; de uma economia de mercado passou-se a uma sociedade de mercado, descolando a economia real da economia financeira especulativa, esta comandando aquela. Confundiram desenvolvimento com crescimento, aquele como o conjunto de valores e condições que permitem o desabrochar da existência humana e este como mera produção de bens a serem comercializados no mercado e consumidos.

Entendem a sustentabilidade como a maneira de garantir a continuidade e a reprodução do mesmo, das instituições, das empresas e de outras instâncias, sem mudar sua lógica interna e sem questionar os impactos que causam sobre todos os serviços ecossistêmicos. São reféns de uma concepção antropocêntrica, quer dizer: todos os demais seres somente ganham sentido na medida em que se ordenam ao ser humano, desconhecendo a comunidade de vida, também gerada, como nós, pela Mãe Terra. Entretêm uma relação utilitarista com todos os seres, negando-lhes valor intrínseco e, por isso, como sujeitos de respeito e de direitos, especialmente o planeta Terra.



É da lógica dos governos não admitirem fracassos, mas nem por isso deixam de sê-lo. Dada a degradação geral de todos os serviços ecossistêmicos, não progredir significa regredir.

Por considerar tudo pela ótica do econômico que se rege pela competição e não pela cooperação, aboliram a ética e a dimensão espiritual na reflexão sobre o estilo de vida, de produção e de consumo das sociedades. Sem ética e espiritualidade, nos fizemos bárbaros, insensíveis à paixão de milhões de milhões de famintos e miseráveis. Por isso impera radical individualismo, cada país buscando o seu bem particular por cima do bem comum global, o que impede, nas Conferências da ONU, consensos e convergências na diversidade. E assim, hilariantes e alienados, rumamos ao encontro de um abismo, cavado por nossa falta de razão sensível, de sabedoria e de sentido transcendente da existência.

Com essas insuficiências conceptuais, jamais sairemos bem das crises que nos assolam. Esse era o clamor da Cúpula dos Povos, que apresentava alternativas de esperança. Na pior das hipóteses, a Terra poderá continuar, mas sem nós. Que Deus não o permita, porque é “o soberano amante da vida” como atestam as Escrituras judaico-cristãs. ●

Encontro 5
20.8.2013

O Local e o Global

Dialogador: Andreza Martins

Andreza é Diretora do AFS Intercultura Brasil, Graduada em Relações Internacionais e Pós-Graduada em Serviços Social.

Pensar globalmente e agir localmente. Não existe consenso sobre a origem da frase que começou a se popularizar em comunidades ativistas e hoje é um conceito estabelecido e irrefutável diante da interdependência e complexidade do mundo contemporâneo. Alguns atribuem a ideia a um urbanista escocês do século XVIII, mas esse princípio permeia hoje os grandes temas relacionados ao meio ambiente, economia e negócios, governo e educação, entre outros. Dessa forma, não resta dúvida de que a formação dos atores de todos esses segmentos - ou seja, a formação de todo cidadão - precisa hoje ampliar a visão de mundo e a rede de atuação dos mesmos. Só assim despertarão para a consciência de que suas ações, sejam elas locais ou globais, reverberam uma sobre a outra em nossa grande rede conectada e interdependente. Mas, diante de todos os desafios já enfrentados pela educação formal, de que outras formas podemos dar conta do desenvolvimento dessa competência? Pela propagação da aprendizagem intercultural.

Em 2012, o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, lançou o projeto Global Education First (www.globaleducationfirst.org), que está ancorado em três componentes: colocar cada criança na escola, melhorar a aprendizagem e promover a cidadania global. O Secretário enfatizou este último objetivo educacional, por acreditar ser ele que “nos dá a compreensão profunda de que estamos amarrados um ao outro como cidadãos de uma comunidade global e que nossos desafios estão interligados.”



De acordo com esse projeto, a educação para cidadania global deve promover a paz, a tolerância e o respeito mútuo; cultivar um senso de comunidade e ação participativa e inovar em formas de aprendizado não tradicionais e não formais.

O lançamento desse programa das Nações Unidas em 2012 só vem enfatizar o quão pioneiro e perpétuo é o trabalho do AFS (antigo American Field Service) que, em 2014, comemora 100 anos. O AFS é uma organização educacional dedicada à promoção de experiências de aprendizagem intercultural para desenvolver a consciência cultural, a tolerância e a comunicação. Logo após o término da Primeira Guerra Mundial, os fundadores do AFS perceberam a importância de se criar oportunidades de contato e convivência entre pessoas de culturas diferentes por meio de intercâmbios culturais. Esses intercâmbios, que acontecem até hoje e crescem em número e significado, vão muito além da mera mobilidade, pois incluem também espaços para reflexões estruturadas sobre o papel da cultura na comunicação, na formação da identidade pessoal/nacional e nas formas de resolução de conflitos.

Dentro de uma pedagogia experiencial, o AFS busca promover estratégias de convivência e de sensibilização do outro para a humanidade na valorização da diversidade.

Este campo não formal de educação já tomou forma com outros nomes: educação multicultural, educação internacional, educação para paz e para os Direitos Humanos. No AFS, usamos o termo aprendizagem intercultural. Todos esses conceitos podem seguir existindo separadamente, mas, juntos, formam o ideal da educação para cidadania global. O perfil do ser humano gerado por esse tipo de experiência intercultural estruturada já está, também, bastante documentado.



Diante de todos os desafios já enfrentados pela educação formal, de que outras formas podemos dar conta do desenvolvimento dessa competência? Pela propagação da aprendizagem intercultural.

O próprio AFS conduziu um estudo de impacto (AFS Impact Study), que teve como foco estudantes que acabavam de retornar de seus intercâmbios. Percebeu-se que esses estudantes, além de um maior aprendizado de uma língua estrangeira, apresentam também maior apreciação de outras culturas, mais amizades multiculturais e demonstram maior tolerância do desconhecido, resultando na capacidade de lidar melhor com a ambiguidade e com as diferenças, reduzindo a propensão a ver o mundo em termos de “nós” e “eles” em situações futuras. Essa maior sensibilidade intercultural move os participantes de uma posição etnocêntrica para uma perspectiva etnorelativa que lhes possibilita serem agentes locais e globais simultaneamente.

Portanto, o desafio para projeto Global Education First da ONU e para o próximo centenário do AFS é levar esse tipo de oportunidade de aprendizagem intercultural a um número cada vez maior de participantes e desenvolver ferramentas para auxiliar a educação formal a incluir essa aprendizagem em seus conteúdos e em seus ambientes escolares. Assim como foi necessário democratizar o acesso à informática, por ser esta uma competência libertadora e empoderadora essencial na aldeia global, precisamos também democratizar o acesso às competências interculturais, pois delas dependem a comunicação e cooperação que permitirão que essa mesma aldeia prospere em paz.

Dialogador: Marcelo de Andrade

Marcelo de Andrade é Fundador e Diretor-Presidente do Instituto Pro-Natura Brasil.

O mundo financeiro ganha uma nova perspectiva

Existem muitas contradições sobre a relação entre o homem e o planeta. Devido ao crescimento populacional desenfreado, problemas ambientais vêm se agravando e cada vez mais o número de pessoas que precisam se alimentar, trabalhar, fazer dinheiro, buscar uma qualidade de vida melhor aumenta, e não é possível a sobrevivência sem a utilização de recursos naturais. Porém, ao atuarmos de forma irresponsável, utilizando recursos naturais, sem dar tempo ao planeta para se recuperar, estamos provocando uma escassez de tais recursos, dificultando a vida de milhões de pessoas. Esse uso descontrolado fez com que as pessoas finalmente percebessem que suas ações locais são capazes de afetar o mundo, principalmente quando estamos falando sobre a sustentabilidade da Terra.

Essa percepção fez com que a palavra “sustentabilidade” entrasse nos dicionários de pequenos e grandes empreendimentos no mundo inteiro. Porém, empreendimentos só são capazes de sobreviver se gerarem algum tipo de lucro e não há como falar de sustentabilidade sem pensar no aspecto financeiro. O mercado está, aos poucos, se adequando a um novo modelo de desenvolvimento, em que novas estratégias de negócios e de gestão se combinam com ações concretas, e cada vez mais amplas, em benefício da sustentabilidade e de uma maior qualidade de vida para todos, sem deixar de gerar ganhos econômicos.

Sustentabilidade em grande escala

Projetos sustentáveis passaram a ser indispensáveis no mundo, com o grande objetivo de diminuir o impacto no meio ambiente onde se inserem de forma eficiente, deixando recursos para as gerações que estão por vir. Hoje em dia, com uma viabilização de volume de capital maior do que no passado, é possível transformar projetos locais e bem sucedidos, com um impacto positivo e sustentável, em soluções de grande porte em nível global.



Pensando nessa transformação e almejando uma mudança de escala, Marcelo criou uma metodologia através do Instituto Pro-Natura. Utilizando um ângulo de engenharia financeira, foi possível abordar recursos de fundo perdido no desenvolvimento de economias em regiões carentes, que promoveria a qualidade e a capacidade da comunidade para receber capital comercial. Recursos naturais, educacionais e financeiros seriam transferidos para diferentes regiões, ajudando a construir uma nova economia sustentável. Assim, comunidades passariam a ter um desenvolvimento socioeconômico com qualidade de vida, e, o melhor, sem destruir o meio ambiente.

Concluiu que uma das formas básicas e necessárias para essa mudança é uma injeção de capital proporcional ao aumento de escala, mudando completamente o formato de financiamento e o tamanho de investidores e doadores. Ou seja, quanto maior o projeto, maior é o investimento, o investidor, e maiores serão o impacto global e o retorno financeiro.

Um exemplo perfeito para essa metodologia foi desenvolvido pelo Instituto Pro-Natura no estado de Rondônia, em comunidades impactadas por um grande projeto de infraestrutura, uma hidrelétrica. Como toda hidrelétrica, um lago é formado onde era um rio, mudando a pesca, o peixe e toda a dinâmica do local. Porém, moradores da região não queriam deixar de pescar. Então, foi utilizado o projeto de uma fazenda de peixe, nesse caso com espécies nativas amazônicas de valor comercial nacional e internacional importante. A partir dessa iniciativa, trinta famílias (considerando duas pessoas por família), trabalhando duas vezes por semana, foram capazes de trabalhar e viver a partir de dois hectares de tanque de peixe e um hectare de horta, transformando completamente a situação socioeconômica para as pessoas da região.



O mercado está, aos poucos, se adequando a um novo modelo de desenvolvimento, em que novas estratégias de negócios e de gestão se combinam com ações concretas, e cada vez mais amplas, em benefício da sustentabilidade e de uma maior qualidade de vida para todos, sem deixar de gerar ganhos econômicos.

O projeto peixe dá uma taxa de retorno de 32%, e a horta de 11%. Juntando os dois, a água do peixe, como é rica, pode fertilizar e regar uma boa parte da horta e peixes herbívoros podem se alimentar da própria horta. Essa sinergia muda a taxa de retorno para 44%. Se você replica esse projeto dez vezes, você cria escala para ter frigorífico, logística e distribuição de mercado, e a taxa de retorno passa para 55%, o sonho de qualquer fundo soberano. Cada módulo custa um milhão de reais, mas se você faz dez é possível reduzir o custo para 700 reais, e se você faz cem, o custo cai muito mais. Ou seja, quanto maior a escalabilidade do projeto, mais barato é o custo e maior é o retorno.

Projetos como o de Rondônia são bons exemplos de projetos sustentáveis com relevante retorno econômico, afetando o local e o global, podendo ser replicado

mundialmente, transformando muitas regiões. Grandes investidores mundiais estão buscando desenvolver projetos com essa tônica em diversos locais do mundo, procurando, dessa forma, reverter cenários socioeconômicos em comunidades carentes.

Assim, acreditamos que seja possível achar o equilíbrio entre o mundo financeiro e o mundo sustentável: basta ter as ferramentas necessárias para fazer acontecer. ●

Encontro 6
8.10.2013

Participação Popular: perspectivas e desafios da formação cidadã

Dialogador: Miguel Lago

*Miguel Lago é cofundador da Rede de Mobilização Meu Rio.
Formado em Ciências Políticas e Mestre em Administração Pública.*

Ao longo do século XX, o Brasil assistiu a levantes que lutavam pela liberdade de expressão, pelo direito de poder falar livremente. Junho de 2013 mostrou que ser escutado é, hoje, uma exigência, pois o direito de falar, quando não complementado com o compromisso da escuta, é um direito incompleto.

É fundamental criar espaços de participação efetivos, onde os cidadãos possam encaminhar suas demandas e tê-las atendidas, mas, esses espaços só serão de fato participativos quando descentralizarem a tomada de decisão das elites tecnocráticas e políticas para a maioria da população.

Mais do que um desejo abstrato, trata-se de uma necessidade da governança democrática. A tomada de decisão, quando concentrada em poucas mãos, fica vulnerável a pressões de grupos de interesses diversos. A propensão ao não atendimento do interesse público e sim ao de interesses privados é muito maior. Quanto mais aberta for a governança, mais haverá transparência nas motivações em tomadas de decisão, mais em sintonia estará a decisão com o interesse público e, certamente, mais bem embasadas estarão as decisões.

No entanto, sempre que se fala em incluir a população, a maioria desta na tomada de decisão confronta-se com duas limitações: tempo e espaço. Se cada um de nós fosse responsável por toda tomada de decisão que nos afeta, seria fisicamente impossível. Como então descentralizar as decisões para todos? Qual escopo geográfico-administrativo pertinente para isso?



A cidade é, dentre todas as esferas administrativas, aquela com a escala mais humana. A proximidade do cidadão com o objeto de decisão, o fato de estar na ponta e na origem de toda política pública urbana legitima esse espaço mais do que o do Estado-Nação, cuja própria formação se explica pela lógica bélica. A cidade é, portanto, o *locus* privilegiado da participação.

As novas tecnologias ofertam uma grande oportunidade de inclusão de um número maior de pessoas nas decisões. Já não estamos mais na situação de alguns anos atrás em que as únicas formas de participação qualificadas se resumiam a assembleias, reuniões, conselhos. As novas tecnologias permitem ampliar esses espaços, permitem que rompamos as barreiras físicas e temporais.

Cidade e Tecnologia são os dois postulados de trabalho do Meu Rio, rede de mobilização que conta com a participação de mais de 100 mil cariocas e que desenvolve novas interfaces de mobilização, como é o caso do Painel de Pressão (paneladepressao.org.br), em que qualquer pessoa pode criar uma campanha para mudar políticas públicas na cidade. Só nesse ano, o Painel de Pressão acolheu mais de 120 campanhas, que geraram a mudança de 25 políticas públicas.

Ou seja, um sucesso de 20% por campanha lançada. Isso prova que, quando as pessoas se mobilizam por meio de canais efetivos, podemos avançar e ampliar a participação na cidade.



É fundamental criar espaços de participação efetivos, onde os cidadãos possam encaminhar suas demandas e tê-las atendidas, mas, esses espaços só serão de fato participativos quando descentralizarem a tomada de decisão das elites tecnocráticas e políticas para a maioria da população.

Avançar na criação de cidades participativas é um gigantesco desafio, talvez o maior que os modos de governabilidade desse início de século XXI deverão enfrentar. Enquanto não resolvermos a reconfiguração do desenho institucional da governança de nossas cidades, menos inteligentes, legítimas e vinculadas ao compromisso de longo prazo serão as decisões públicas. ●

Dialogador: João Roberto Lopes Pinto

João Roberto é Coordenador do Instituto Mais Democracia e Professor da Escola de Ciência Política da UNIRIO.

Muito tem se falado sobre as recentes manifestações pelo país. Diversas são as leituras possíveis sobre as razões e sentidos dessas manifestações, mas ousamos afirmar que pelo menos uma razão e um sentido são claros. De um lado, as manifestações contaram, e ainda contam, com um forte predomínio da juventude. De outro, uma forte descrença nas instituições políticas, como sendo incapazes de fazer frente ao poder privado. A crítica aos abusos cometidos pelo poder público, em nome dos interesses privados, por trás dos megaeventos esportivos é uma clara evidência do repúdio ao domínio do poder econômico sobre o político.

Daí a importância de expor o poder econômico e como ele se articula e se apoia no poder político. Este é um tema que se coloca como uma exigência para o avanço da democracia, ainda limitada ao sistema político, sem estabelecer efetivo controle social sobre o poder econômico, cuja lógica concentradora se perpetua, apesar e através da vigência democrática.

À primeira vista, a resposta à pergunta “Quem são os proprietários do Brasil?” parece fácil: as grandes empresas privadas tais como a Vale, Gerdau, Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, JBS/Friboi, Votorantim, o Grupo Ultra, Bradesco, Itaú, Grupo Vicunha, Grupo Pão de Açúcar etc. Sem dúvida, essas e outras grandes empresas concentram o poder econômico e político na sociedade brasileira, mas a interrogação permanece: quem são os controladores e as controladas destas empresas? Quanto e quanto concentram de poder econômico?

O “Instituto Mais Democracia”, juntamente com a “Cooperativa Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão” lançaram em dezembro de 2012 o “Ranking Proprietários do Brasil”. O lançamento, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi antecedido por um pré-lançamento, por meio de um show no Circo Voador, em que estiveram presentes mais de 2.000 pessoas, em sua grande maioria jovens.

A motivação central dessa iniciativa é mostrar quem são os grupos econômicos beneficiários e responsáveis por grandes projetos violadores de direitos humanos, dentro e fora do país. Grupos que se estruturam em redes de propriedade, que



configuram verdadeiros oligopólios e que se articulam e se alimentam dos fundos públicos, por meio de financiamentos e participações de empresas estatais e seus fundos de pensão. Expor e incidir sobre esses proprietários e suas conexões com o Estado exige a produção de novas formas de conhecimento, organização e mobilização, pois se trata de pôr em questão os vínculos entre o poder econômico e as instituições políticas.

A economia política clássica sempre tratou as empresas como atores individuais. Contudo, essas empresas se constituem hoje em grupos econômicos, ou seja, conjunto de empresas juridicamente independentes, mas que se encontram conectadas pelo patrimônio, por laços familiares etc. Exemplo: o grupo Odebrecht controla empresas como Braskem, Norquisa e Odebrecht Construtora e é controlado pela Kieppe Patrimonial Ltda que, por sua vez, é controlada por 19 pessoas da família Odebrecht.

Abrir a cadeia de controladores e controlados desses grupos talvez seja o maior desafio da democracia brasileira. Não apenas porque tais grupos concentram, por meio da cadeia de controles, a maior parte da riqueza do país, mas principalmente,

porque realizam essa concentração em conexão com o Estado brasileiro, por meio de participações acionárias de estatais e fundos de pensão, financiamentos de bancos públicos, renúncias fiscais, participações de agentes públicos nos conselhos de administração das empresas etc.



A crítica aos abusos cometidos pelo poder público, em nome dos interesses privados, por trás dos megaeventos esportivos é uma clara evidência do repúdio ao domínio do poder econômico sobre o político.

É notório o caso do BNDES, banco 100% estatal, cuja metade da receita é proveniente do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O BNDES não apenas financia de modo subsidiado esses grupos como também participa, através do BNDESPar, da composição acionária da maior parte deles. O Estado, portanto, compõe a estrutura de poder desses grupos, sendo sócio e compartilhando, em boa medida, das estratégias dessas empresas.

Na verdade, tais grupos privados, verdadeiras redes oligopolistas atuando particularmente nos setores de commodities e infraestrutura, foram forjados, historicamente, em permanente relação com o Estado brasileiro. Alavancados pelo investimento público no período desenvolvimentista, consolidados com a transferência de patrimônio público nas privatizações e expandidos pela transferência massiva de recursos públicos na última década, o resultado é a concentração brutal do poder econômico no país.

A estreita e histórica conexão de frações da burocracia pública com os grupos privados impõe, para a democracia brasileira, questões absolutamente decisivas. Quais são os verdadeiros centros do poder no país? Como e onde decisões sobre políticas de investimento público são tomadas? Os investimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram definidos pelo Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão em função de um planejamento estratégico de desenvolvimento para o país ou traçados a partir de demandas de infraestrutura e logística dos grupos privados? Como o BNDES, que tem participação cruzada em vários dos grupos privados, tem atuado nos processos de fusão e aquisição de empresas que temos assistido no Brasil? A política externa brasileira é definida mais pelo Itamaraty ou pela exigência de internacionalização dos capitais da Vale, Odebrecht, Gerdau? ●

Contatos dos Dialogadores

Adriana Damiano - *adridamiano@ig.com.br*

Amélia Gonzalez - *ameliagonzalez848@gmail.com*

Andreza Martins - *andreza.martins@afs.org*

Cid Alledi - *cid.alledi@uol.com.br*

Diana Ribeiro - *dianajenifer@gmail.com*

João Roberto Lopes - *joaoroberto1967@gmail.com*

Leonardo Boff - *contato@leonardoboff.com*

Luciana Phebo - *lphebo@unicef.org*

Marcelo de Andrade - *mcadoc@gmail.com*

Miguel Lago - *miguel@meurio.org.br*

Pedro de Cristo - *pdrohenriquedecristo@gmail.com*

REALIZAÇÃO

